

## DECRETO JUDICIÁRIO Nº 112/2008.

**O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que, pelo despacho nº 073, de 16 de janeiro de 2008, esta Presidência acolheu a conclusão majoritária a que chegou a Comissão constituída pelo Decreto Judiciário nº 1455, de 8 de outubro de 2007;

CONSIDERANDO que tal entendimento é o de que se deve revogar o Decreto Judiciário nº 070, de 22 de janeiro de 1997, para que se possa rescindir todos os Protocolos de Interação e Cooperação Técnica Jurídico-Administrativa celebrados entre o Tribunal de Justiça, a OAB-GO e diversas entidades classistas para instalação e funcionamento das Cortes de Conciliação e Arbitragem;

CONSIDERANDO que o que se propõe é assegurar que o Poder Judiciário do Estado de Goiás se abstenha de exercer qualquer espécie de supervisão, ingerência ou interferência na instalação e funcionamento das Cortes de Conciliação e Arbitragem;

CONSIDERANDO que a conclusão majoritária a que ora se refere, acolhida pelos seus próprios e judiciosos fundamentos, é agora secundada pela manifestação do Senhor Procurador-Geral da República, no Procedimento de Controle Administrativo nº 144/CNJ, anexo, por cópia, ao proc. nº 2322579;

CONSIDERANDO que, para a consecução do que se propõe, foi formalizada a denúncia de todos os Protocolos de Interação e Cooperação Técnica Jurídico-Administrativa que sustentam a existência das atuais Cortes de Conciliação e Arbitragem;

CONSIDERANDO que a retirada do Tribunal de Justiça dos referidos ajustes se faz com a cautela da observância do prazo dado na denúncia do pactuado,

## **RESOLVE:**

**Art. 1º** Ficam revogados:

**I** – o Decreto Judiciário nº 070, de 22 de janeiro de 1997, que instituiu o Projeto das Cortes de Conciliação e Arbitragem - CCA;

**II** – todos os decretos judiciais baixados como condição de funcionamento das Cortes de Conciliação e Arbitragem, compreendendo:

**a)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Goiânia:

- 1) Decreto Judiciário nº 450, de 29 de maio de 2003;
- 2) Decreto Judiciário nº 449, de 29 de maio de 2003;
- 3) Decreto Judiciário nº 864, de 29 de agosto de 2005;

**b)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 2ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Goiânia:

- 1) Decreto Judiciário nº 822, de 6 de junho de 2006;
- 2) Decreto Judiciário nº 1753, de 29 de dezembro de 2006;

**c)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 3ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Goiânia:

- 1) Decreto Judiciário nº 1214, de 11 de setembro de 1997;
- 2) Decreto Judiciário nº 341, de 31 de março de 1998;

**d)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 4ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Goiânia:

- 1) Decreto Judiciário nº 1546, de 17 de novembro de 2006;
- 2) Decreto Judiciário nº 675, de 20 de abril de 2007;
- 3) Decreto Judiciário nº 1257, de 30 de agosto de 2007;

**e)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 6ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Goiânia:

- 1) Decreto Judiciário nº 1183, de 12 de novembro de 1999;
- 2) Decreto Judiciário nº 1184, de 12 de novembro de 1999;
- 3) Decreto Judiciário nº 620, de 1º de setembro de 2004;

**f)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 7ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Goiânia:

- 1) Decreto Judiciário nº 193, de 2 de março de 2000;
- 2) Decreto Judiciário nº 569, de 9 de julho de 2003;
- 3) Decreto Judiciário nº 618, de 11 de agosto de 2003;
- 4) Decreto Judiciário nº 401, de 13 de abril de 2005;
- 4) Decreto Judiciário nº 1028, de 29 de setembro de 2005;

**g)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 8ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Goiânia:

- 1) Decreto Judiciário nº 778, de 21 de outubro de 2004;
- 2) Decreto Judiciário nº 518, de 20 de maio de 2005;
- 3) Decreto Judiciário nº 1207, de 17 de agosto de 2007;

**h)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 9ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Goiânia:

- 1) Decreto Judiciário nº 1086, de 19 de dezembro de 2000;
- 2) Decreto Judiciário nº 1087, de 19 de dezembro de 2000;

**i)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 10ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Goiânia:

- 1) Decreto Judiciário nº 702, de 9 de setembro de 2003;
- 2) Decreto Judiciário nº 697, de 9 de setembro de 2003;
- 3) Decreto Judiciário nº 835, de 2 de dezembro de 2003;

**j)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Caldas Novas:

- 1) Decreto Judiciário nº 1223, de 12 de setembro de 1997;
- 2) Decreto Judiciário nº 1224, de 12 de setembro de 1997;

**k)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Niquelândia:

- 1) Decreto Judiciário nº 191, de 26 de fevereiro de 1999;
- 2) Decreto Judiciário nº 1051, de 6 de outubro de 2005;

**l)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 1ª Corte de

Conciliação e Arbitragem da Comarca de Itumbiara:

- 1) Decreto Judiciário nº 1189, de 09 de agosto de 2001;
- 2) Decreto Judiciário nº 035, de 22 de janeiro de 2003;
- 3) Decreto Judiciário nº 615, de 30 de agosto de 2004;
- 4) Decreto Judiciário nº 574, de 09 de abril de 2007;

**m)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Trindade:

- 1) Decreto Judiciário nº 922, de 16 de dezembro de 2004;
- 2) Decreto Judiciário nº 1343, de 21 de setembro de 2006;
- 3) Decreto Judiciário nº 1544, de 17 de novembro de 2006;

**n)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Inhumas:

- 1) Decreto Judiciário nº 051, de 29 de janeiro de 2007;
- 2) Decreto Judiciário nº 055, de 29 de janeiro de 2007;

**o)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Valparaíso de Goiás:

- 1) Decreto Judiciário nº 1057, de 07 de outubro de 2005;
- 2) Decreto Judiciário nº 1058, de 07 de outubro de 2005;

**p)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Luziânia:

- 1) Decreto Judiciário nº 1059, de 07 de outubro de 2005;
- 2) Decreto Judiciário nº 1060, de 07 de outubro de 2005;

**q)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Catalão:

- 1) Decreto Judiciário nº 1344, de 21 de setembro de 2006;
- 2) Decreto Judiciário nº 1345, de 21 de setembro de 2006;

**r)** decretos judiciais relativos ao funcionamento da 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Rio Verde:

- 1) Decreto Judiciário nº 1019, de 05 de agosto de 1998;
- 2) Decreto Judiciário nº 1020, de 05 de agosto de 1998;

3) Decreto Judiciário nº 818, de 16 de agosto de 2005;

s) decretos judiciais relativos ao funcionamento da 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Anápolis:

1) Decreto Judiciário nº 1029, de 29 de setembro de 2005;

2) Decreto Judiciário nº 1290, de 05 de dezembro de 2005;

3) Decreto Judiciário nº 1342, de 21 de setembro de 2006;

t) decreto judicial relativo ao funcionamento da 2ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Anápolis:

1) Decreto Judiciário nº 1752, de 29 de dezembro de 2006;

u) decretos judiciais relativos ao funcionamento da 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Jataí:

1) Decreto Judiciário nº 874, de 26 de setembro de 2002;

2) Decreto Judiciário nº 463, de 29 de maio de 2003;

3) Decreto Judiciário nº 466, de 29 de maio de 2003;

v) decretos judiciais relativos ao funcionamento da 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Aparecida de Goiânia:

1) Decreto Judiciário nº 1751, de 29 de dezembro de 2006;

2) Decreto Judiciário nº 596, de 09 de abril de 2007;

x) decretos judiciais relativos ao funcionamento da 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Porangatu:

1) Decreto Judiciário nº 274, de 18 de março de 1998;

2) Decreto Judiciário nº 275, de 18 de março de 1998;

z) decretos judiciais relativos ao funcionamento de conjunto de Cortes de Conciliação e Arbitragem da Comarca de Goiânia (1ª à 10ª CCA da Capital) e à Supervisão Geral das Cortes de Conciliação e Arbitragem:

1) Decreto Judiciário nº 032, de 16 de janeiro de 2001;

2) Decreto Judiciário nº 1064, de 10 de outubro de 2005.

**Art. 2º** Este Decreto Judiciário entrará em vigor no dia 24 de março de 2008.

Goiânia, 29 de janeiro de 2008, 120º da República.

**Desembargador JOSÉ LENAR DE MELO BANDEIRA**  
PRESIDENTE

C4:Dec008/ev/ema